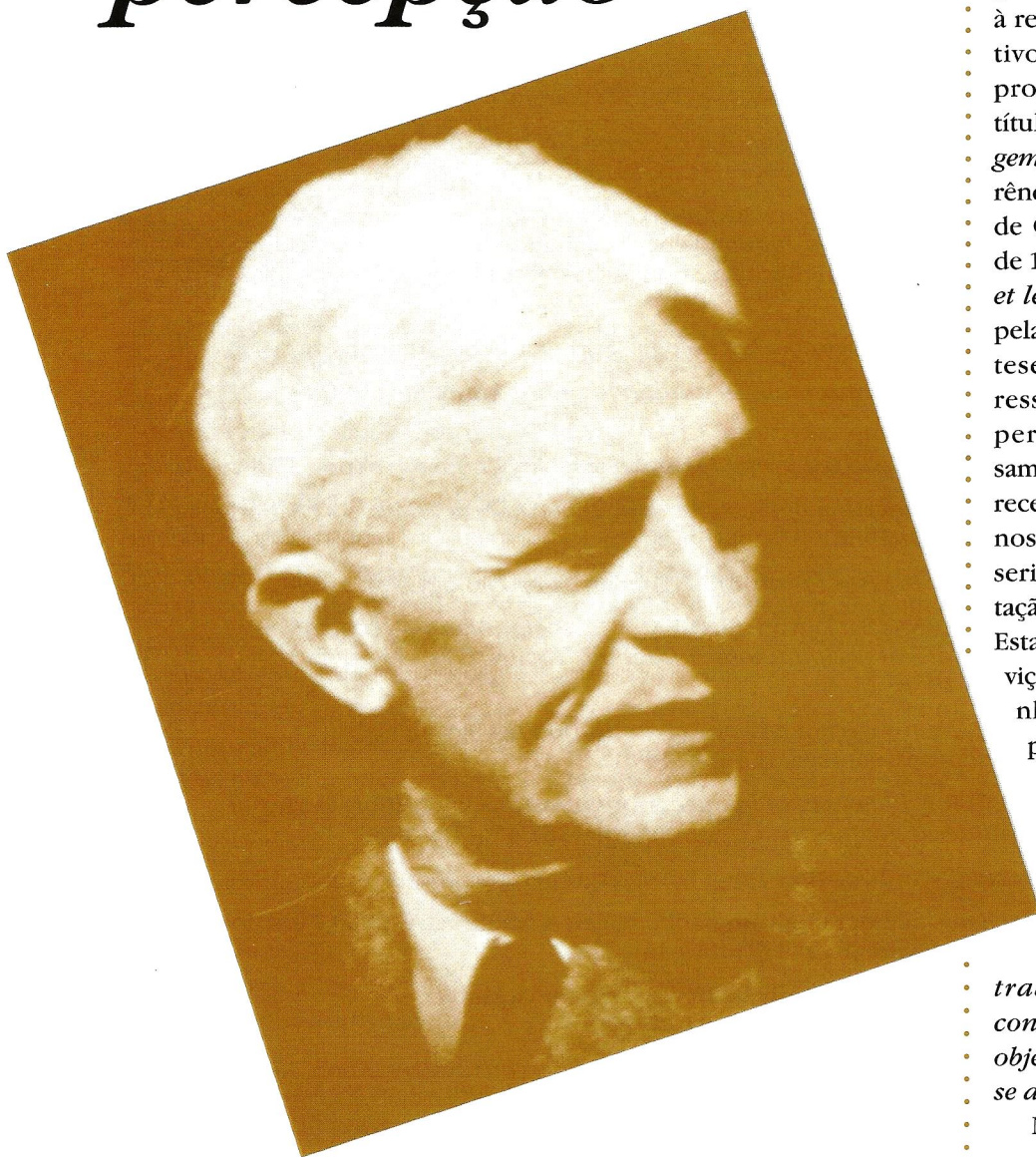


Antônio Gomes Penna

Prof. Emérito do IP/UFRJ

Três breves ensaaios sobre percepção



O Útil, o Belo e o Absoluto

A. Gomes Penna

Bergson produziu, ao longo de sua carreira, muitos textos que enriqueceram a Psicologia. Destaco, neste breve convite à reflexão, aquele com que objetivou elucidar a natureza dos processos perceptivos. Com o título de *La Perception du Changement*, resultou em duas conferências realizadas na Universidade de Oxford, em 26 e 27 de maio de 1911. Integra o livro *La pensée et le Mouvant*, editado em Paris, pela Félix Alcan, em 1934. Pois, a tese que aí se expõe é a que ressalta o caráter utilitário da percepção. Em seu processamento habitual, ela só nos oferece os aspectos úteis detectados nos objetos. Sua função básica seria a de garantir nossa adaptação ao meio que nos envolve. Estaria fundamentalmente à serviço da vida. Tese que, sem nenhuma dúvida, foi absorvida por Bachelard, em nuance própria, decorrente de sua preocupação epistemológica. É o que se comprova no curto trecho que dele transcrevo: *A opinião pensa mal; não pensa: traduz as necessidades em conhecimento. Ao designar os objetos por sua utilidade, nega-se a conhecê-los.*

Na verdade, quase nunca

“Para tanto, dispomos de nossos órgãos dos sentidos produzidos sob medida para que aprendamos exatamente o útil, ressaltado por Bergson.”

chegamos a conhecê-los em sua condição própria. Deles, com imensa frequência, recolhemos, apenas, o que nos pode assegurar uma adaptação adequada para efeito de sobrevivência. Efetivamente, o que neles percebemos, exprime muito mais o que nós somos do que o que eles são. Está mais para a doxa do que para a episteme.

“Em momentos raros, muitos espaçados — escreve Bergson — por um feliz acaso, determinados homens aparecem com seus sentidos e sua consciência menos aderentes à vida. Então, quando eles percebem um objeto, eles o vêem pelo que eles são e não pelo que eles nos possam servir. Então, percebemos por perceber, por nada, por prazer apenas.”

Os homens aos quais se refere Bergson, são os artistas: “*Il y a, em effet, depuis des siècles, des hommes dont la fonction est justement de voir et de nous faire voir ce que nous n'apercevons pas, naturellement. Ce sont les artistes*”.

A experiência perceptiva que então vivemos é de um outro tipo. Revela-se como percepção estética, definida por M. Dufrenne como *la perception royale*, no sentido de que nela o ato perceptivo se mostra em toda a sua pureza, sem as comuns contaminações decorrentes da busca do que nos possa trazer vantagens.

A tese de Bergson, que chegou a chorar pela sua novidade, não era absolutamente destituída de raízes. Podemos, com olhos de ver, detectá-la em Aristóteles, quando descreve as funções peculiares a cada um de nossos sentidos. E, se foi bem absorvida por Bachelard, como deixamos consignado, está, por igual, bem presente no belo texto de Karl Popper em que expõe sua epistemologia evolucionista e resalta o inatismo genético que nos permite dispor de seguras informações sobre o mundo no qual somos lançados quando nascemos. Dele já sabemos o essencial no que concerne àqueles aspectos que nos garantirão a

sobrevivência. Para tanto, dispomos de nossos órgãos dos sentidos produzidos sob medida para que aprendamos exatamente o útil, ressaltado por Bergson.

Bergson ainda nos mostra um terceiro tipo de experiência que nos leva mais longe. Insere-se no gênero da percepção, mas dela se distancia por descartar a mobilização dos sentidos. Realiza-se por contato imediato, em termos de intuição pura. E é essa pura intuição que se mostra presente nos místicos.

Num toque platônico, liberado do obstáculo epistemológico supremo que é o corpo, alcançado através do recurso da ascese, eles se sentem diante do Ser Absoluto. O quadro assim apresentado, recorda a visão das essências, no mundo das idéias. Nele não há espaço para as atividades do pensamento. Estas, efetivamente, são apenas mundanas. Afinal, como diz Bergson, o que existe, mostra-se. Subscrevendo Platão, sem dúvida, quando nos descortina o mundo celeste. Pois, então, temos a visão dos místicos. Visão que lhes permite experimentar a presença do Absoluto. Descartando por desnecessárias as intermediações que nos são oferecidas. Excluindo, por destituídas de sentido, por exemplo, as provas que a razão nos aponta como garantia dessa presença. Só que a experiência — essa de fato *royale*, no sentido registrado por

Dufrenne — é absolutamente inefável e incomunicável e, como proclama Popper, infalsificável. Afinal, a palavra só nos vale para as coisas mundanas. E o que os místicos não chegam a dizer, embora nos mostrem pela alegria de que são tomados, de pouco vale para os que, como Popper ou acatando-o por inteiro, buscam a prova de fiabilidade. Que nunca nos é dada, para desespero dos que a buscam.

Alguns aspectos históricos e culturais presentes no estudo da percepção

No estudo dos processos perceptivos, prevaleceram sempre as pesquisas centradas em seus aspectos visuais. No gestaltismo, por exemplo, elas foram totalmente dominantes. Muitas críticas sobre ele incidiram diante da exclusão das demais formas assumidas pela atividade perceptiva, como a auditiva, que, não obstante, foi sempre citada como ponto de partida do movimento que ressaltou a apreensão privilegiada de estruturas e não de elementos isolados. Que não nos esqueçamos dos clássicos estudos realizados no final do século XIX, por von Ehrenfels, centrados nas estruturas melódicas e com destaque concedido aos processos de transponi-

bilidade que em nada afetavam sua identidade.

A explicação mais freqüente sempre apontou para a maior facilidade técnica de se operar no domínio da visão, fato que, todavia, de modo algum poderia ser considerado, diante dos célebres experimentos realizados na segunda metade do século passado por Weber e Fechner, no domínio da psicofísica, de resto, centrados na discriminação tátil.

É sabido que, na tradição judaica, uma das fontes principais da cultura ocidental no que se refere à dimensão religiosa, foi a audição e não a visão, o tipo de atividade perceptiva mais acionado. O exemplo de Abraão é o mais significativo. Deus não se mostrou a ele. Na verdade, fez-se apenas ouvir para dele exigir, como comprovante de sua fé, o sacrifício de Isaac, seu filho amado. Tampouco também Moisés o viu. Dele simplesmente recebeu as tábuas da lei. Possivelmente a exclusão da apreensão visual da imagem de Deus, impunha-se co-

mo forma de se evitar a idolatria que, de resto, sempre se constituiu na preocupação central dos grandes profetas.

Curiosamente, essa relevância concedida à audição na tradição judaica terá influenciado Freud em sua técnica de análise. Postando-se por trás de seu analisado, ele não podia ser visto, mas, obviamente, podia ouvir seus relatos. Por sua vez, este o ouvia, sem, todavia, visualizá-lo, quando propunha suas interpretações. Em ambos dominava a escuta.

Também em Fernando Pessoa (Alberto Caeiro) reflete-se essa mesma tradição quando, em suas Ficções do Interlúdio, escreve:

“Pensar Deus é desobedecer Deus,

Porque Deus quis que não o conhecêssemos,

Por isso se não nos mostrou...”

Na tradição grega, prevaleceu a percepção visual. E foi ela que marcou forte presença na história

“Na tradição grega, prevaleceu a percepção visual. E foi ela que marcou forte presença na história da Psicologia da percepção, detectando-se, por outro lado, a indiscutível influência do pensamento platônico.”

certa influência das experiências passadas. A relevância por ela concedida aos *sets* ou atitudes perceptuais constitui bom com-

“De resto, a sabedoria popular já descobrira que para se perceber algo não tão comum no cotidiano, é sempre necessário que se disponha de olhos de ver.”

da Psicologia da percepção, detectando-se, por outro lado, a indiscutível influência do pensamento platônico. É bastante sabido que em toda a pesquisa contemporânea sobre o processo perceptivo, sempre se considerou a distinção entre a sensação —definida como a consciência de uma excitação— e a percepção propriamente dita —conceituada como a consciência da existência de um estímulo. O ato perceptivo foi, por outro lado, sempre considerado como tributário da memória. De fato, sempre o se perceber foi explicado como expressivo de um ato de categorização determinado pela influência da experiência passada. Penso que esse vínculo que sempre se propôs entre a percepção e a memória revela-se como o melhor testemunho da presença, na psicologia contemporânea, do pensamento de Platão.

Curiosamente, a única teoria que se pôs contra a relevância concedida à memória foi a de Gestalt. Não que excluísse de todo

provante dessa postura. Na realidade o que jamais se aceitou foi a tese de um vínculo essencial entre o ato de apreensão perceptiva e a memória. Kohler sempre argumentou, para efeito de sustentar a independência do ato perceptivo, com o exemplo do primeiro ato de apreensão perceptual. Não existindo experiências prévias que o fundamentasse, ele pretendia provar a independência da percepção relativamente à memória. Sem dúvida, o argumento revela-se bom. Mas não de todo bom, de modo a excluir a presença de Platão. Afinal, também no mundo das idéias a alma do homem teria contemplado a essência, por exemplo, do belo e do bem, sem jamais poder beneficiar-se de qualquer experiência anterior, pois que esta nunca poderia acontecer. Vale que se ressalte, em especial, a contemplação do bem, na medida em que ele se identifica com o supremo ser cuja apreensão sempre foi negada pela tradição judaica.

A percepção e suas astúcias

Foi Bergson quem, em famosa passagem de um de seus clássicos textos, ressaltou que *o que existe mostra-se*. Aparentemente, então, bastaria olhar para ver. Seria simples se fosse assim. Mas não o é. E o próprio Bergson sabia disso. Se bastasse olhar para ver, na medida mesma em que *o que existe mostra-se*, nem teria sentido falar-se, por exemplo, de uma percepção mística. Na verdade, esta aponta para uma espécie de percepção que nada tem a ver com a percepção comum. Esta distingue-se essencialmente pela apreensão do útil. Tampouco teria sentido o falar-se de uma percepção estética. Afinal, se tudo *o que existe mostra-se*, toda percepção seria, por igual, estética. E não o é. Como ainda bem convencido disso estava o próprio Bergson quando ressaltou que ela resulta de um momento fugaz de uma desatenção da vida. Porque, insista-se, segundo Bergson, em função da própria vida, só percebemos o útil. De resto, a sabedoria popular já descobrira que para se perceber algo não tão comum no cotidiano, é sempre necessário que se disponha de olhos de ver. Não basta, pois, ter apenas olhos. Importa que saibamos tirar partido deles. Na verdade, no dia-a-

dia, o que percebemos é sempre o útil, que, por isso mesmo, logo se banaliza. Claro que mesmo esse tipo de apreensão perceptual, se bem explorado por olhos curiosos, conduz-nos longe e bem pode permitir que se venha a detectar o relevante e não o banal. De fato, o que se mostra sempre encobre o que por isso, escapa à nossa apreensão. Com olhos de ver, contudo, com a curiosidade e a astúcia que lhe são peculiares, conseguimos descartar o banal e atingir o relevante.

O se falar em olhos de ver aponta efetivamente para uma forma de apreensão perceptual que nunca se satisfaz com o que lhe é oferecido. De fato nunca se sente confortável. Supõe sempre que algo lhe está sendo negado e não se rende nunca. Possivelmente, comporta-se como que tocada pela dúvida que Descartes inaugurou, marcando-se, ainda, pela suspeita de que algo de importante nos está sendo subtraído. Veja-se o exemplo de *O pequeno príncipe* de Saint-Exupéry. O desenho que se propõe aos adultos — que geralmente não dispõem de olhos de ver — é o de uma serpente que engolira um elefante. Os adultos, entretanto, só detectam um chapéu. O que, no entanto, estava sendo mostrado era o desenho de uma serpente que engolira um elefante. A incapacidade para um aprofundamento do que estava sendo exibido precisamente traduzia apenas uma disponibilidade para a pura apreensão do que superficialmente se mostrava. Nenhuma curiosidade para um investimento mais aprofundado no que se oferecia.

Nos estudos produzidos pelos gestalistas acerca da natureza altamente dinâmica da percepção, um tema logo alcançou relevo. Refiro-me à ambigüidade das estruturas com que nos defrontamos no dia-a-dia. Pois, muitas dessas estruturas nos enganam. Mostram-se ardidamente sob a aparente forma única e, na verdade, escamoteiam várias que poderiam ser percebidas. Não, contudo para aqueles dotados de olhos de ver. Para os que deles são dotados muitas outras formas poderão ser detectadas e certamente as de maior significado.

A dúvida prudente, a dúvida que por método nos foi legada por Descartes, importa que nós a tenhamos como aliada. Ela impedirá que nos sintamos confortáveis com o que de imediato percebemos. Todos os belos estudos de Gottschaldt demonstram isso. Algo de fácil acesso e de apreensão imediata pode subtrair à nossa percepção o que se encobre sob o efeito de uma camuflagem. Sempre insisti na necessidade permanente de que se desconfie das formas que se impõem a todos sem qualquer investimento de esforço. Como se fossem as únicas. Há que se des-

confie de que, por trás, algum tesouro poderá se encontrado.

Em toda a história da Ciência acumulam-se os achados que por séculos escaparam aos que não dispunham de olhos de ver. O bom exemplo é o da famosa queda da maçã. Durante tantos e tantos séculos o espetáculo foi testemunhado por todos como um espetáculo banal. Newton não se conformou com a banalidade do fato e, com olhos de ver logo revolucionou o conhecimento humano. Fato equivalente ocorreu com a visão dos que testemunharam o movimento do Sol em torno da Terra. Mais uma vez, graças à disponibilidade de olhos de ver, descarta-se com Copérnico e Galileu a concepção geocêntrica em favor do heliocentrismo.

De toda essa história logo o que se aprende é que o ato de perceber não se revela como um ato absolutamente fácil. Antes, mostra-se como um processo do qual sempre se deva esperar informações novas e quase intermináveis. Nem foi sem importância que Nietzsche registrou, em famoso aforismo, a necessidade de se aprender a ver, de resto, tão necessária quanto o aprender a pensar, por exemplo.

“Sempre insisti na necessidade permanente de que se desconfie das formas que se impõem a todos sem qualquer investimento de esforço. Como se fossem as únicas. Há que se desconfie de que, por trás, algum tesouro poderá se encontrado.”